

A produção e a gestão da população de rua: A trajetória de Luciene¹

Mariana Medina Martinez

Doutoranda do PPGAS/UFSCar

Luiz Fernando de Paula Pereira

Pesquisador do Na Margem/UFSCar

Aline Ramos Barbosa

Professora colaboradora da Unesp Marília

Luciano Márcio Freitas de Oliveira

Doutorando do PPGSSPS da UEL

Domila do Prado Pazzini

Mestranda do PPGAS/UFSCar

Este artigo apresenta a trajetória de uma travesti expulsa do local em que se prostituía, em uma ação de uma prefeitura, e inserida na rede de assistência social municipal. Um ano depois, era considerada parte da população de rua. Para reconstituir a trama e seus desdobramentos analíticos, utilizamos um recorte temporal de um ano de pesquisa de campo. Pretendemos problematizar os modos de produção e gestão pública das populações “marginais” contemporâneas; a atuação dos usuários das políticas de assistência na produção e atualização da rede assistencial; e a formação de uma rede não institucional, constituída por moradores de rua em espaços públicos.

Palavras-chave: população de rua, assistência social, políticas públicas, subjetivação, marginalidade

The article **Production and Management of the Street Population: Luciene's Story** presents the story of a transvestite expelled from where she worked as a prostitute by the local authorities and put into a municipal social care program. One year later she was considered part of the street population. To reconstruct the story and its analytical offshoots, we used a periodical snippet of one year of field research. Our intention was to critically analyze the modes of production and public management of contemporary “marginal” populations; the role of care policy users in the production and updating of the care network; and the formation of a non-institutional network, composed of street dwellers in public spaces.

Keywords: homeless population, social welfare, public policy, subjectivity, marginality

Localizado em uma das mais conhecidas regiões de prostituição de uma cidade no interior paulista, um barracão encontrava-se abandonado havia alguns anos. Em março de 2010, após inúmeras denúncias de moradores das imediações, gestores públicos atentaram para o que acontecia no local que, devido a sua inutilização, acabara por ser ocupado por um grupo de pessoas. A partir disso, setores da prefeitura, juntamente com corporações policiais, realizaram a desocupação e a demolição do estabelecimento. Na época do desarranjo, concentravam-se diariamente no local cerca de 40 pessoas, apenas algumas delas moradoras do lugar. Eram usuários e revendedores de pequenas quantidades de drogas, profissionais do sexo e moradores de rua. Atribuía-se a esse foco de “marginalidade” o aumento do número de pequenos furtos na região, e a administração pública era instada a tomar providências.

Recebido em: 04/09/2013

Aprovado em: 24/11/2013

¹ Este artigo é resultado de um trabalho coletivo dos autores e do diálogo com o grupo de pesquisa NaMargem: Núcleo de Pesquisas Urbanas, do qual somos membros. Devemos agradecer aos debatedores Ronaldo Almeida e Luiz Antonio Machado da Silva, do seminário Território, Crime e Ordenamento Social, do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), realizado em 18 de maio de 2012, e aos participantes, que contribuíram com críticas e enriqueceram profundamente o argumento deste trabalho.

Ao se falar em “moradores de rua”, é preciso ter em mente que os termos referentes a eles são vários. Utilizaremos “população de rua” para nos remeter aos modos de gestão das vidas de rua, sobretudo para marcar o domínio institucional de sua gestão, onde o termo população tem seu estatuto validado. De outro modo, utilizaremos o termo “morador de rua” para nos referir aos outros modos de vida, aqueles que se constituem no domínio da rua. Essa diferenciação analítica é necessária para sublinhar a separação entre a esfera institucional e a rua, de modo que seja possível identificar as tensões travadas na confluência dos dois domínios.

O barracão mencionado era despercebido por munícipes e pelos gestores públicos até aquele momento, porém, após uma grande exposição na mídia local, passou a ter notoriedade – gerando críticas contundentes ao governo do município pela falta de iniciativa em incidir em problemas sociais dessa ordem. Em reuniões entre assistentes sociais, diferentes secretarias de governo, Guarda Municipal e Polícia Militar foi decidido que o barracão seria desocupado e demolido. Essa atitude, aliada à conseqüente expulsão dos ocupantes do lugar, já foi considerada um avanço concreto.

O imóvel foi demolido por máquinas públicas e, no mesmo dia, conhecemos Luciene, cuja trajetória aqui acompanharemos. A intervenção realizada pela prefeitura foi ministrada em duas frentes, que marcam, atualmente, uma forma recorrente da ação estatal voltada para as “populações marginais”: o controle (se preciso, a repressão) e o cuidado. A ruína do barracão e a conseqüente expulsão dos que por ali circulavam eram vistas como um avanço: a retomada do controle público do território. A ação de reconquista, entretanto, ainda foi acompanhada pela Secretaria de Assistência Social, que, fazendo a contrapartida do controle, ofertava assistência aos “desabrigados”.

Se alguns dos presentes, considerados “traficantes”, foram presos na operação, outros indivíduos, considerados “usuários”, passaram a permanecer nas ruas e a frequentar a chamada linha do trem (local do entorno, escondido entre um matagal que margeia a estação ferroviária da cidade, onde já se concentravam dezenas de usuários de crack diariamente). Outros indivíduos, aqueles que aceitaram a oferta de serviços municipais, foram encaminhados para o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas)².

2 Em 2011, todo Creas especializado no atendimento aos moradores de rua passou a se chamar Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro-POP); porém, como os nossos interlocutores sempre utilizam a expressão Creas, daremos prioridade a essa denominação (PEREIRA, 2013).

O caso ganhou as manchetes dos jornais da cidade. Contribuindo para uma análise das políticas públicas dedicadas à gestão da pobreza, argumentamos que o dispositivo assistencial em questão “produz” a população de rua como resultado da própria operação. É preciso acrescentar que os principais serviços eram prestados pelo Creas e por um Albergue Noturno, instituições vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e que desenvolviam um serviço unificado aos moradores de rua da cidade. A primeira atendia em horário comercial e somente em dias úteis e o outro funciona das 18h às 8h todos os dias. Diariamente, pela manhã era feito o transporte dos usuários do albergue ao Creas, em uma Kombi, e o caminho inverso era feito no final da tarde. Além dos serviços prestados nesses espaços, havia instituições religiosas (BARBOSA, 2007; GRANADO, 2010; MARTINEZ, 2011; OLIVEIRA, 2012) que prestavam assistência aos moradores de rua da cidade. O quadro de funcionários do Creas era formado por um chefe de divisão da política de atendimento da população em situação de rua, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional, duas educadoras sociais e uma psicóloga, além de outros funcionários de apoio, entre eles, guardas municipais, motoristas e uma cozinheira. Além dos atendimentos individuais e especializados, ofereciam-se “oficinas socioculturais” aos usuários dos serviços.

A partir do relato de Luciene, que passou a ser atendida no Creas e deixou a vida de prostituição, e de observações de campo, descrevemos a seguir uma série de conflitos – dentro e fora da institucionalidade estatal – que demonstram não apenas os imperativos institucionais que operaram nessa trajetória, mas também as reações, resistências e disputas por parte daqueles que, expulsos do barracão, foram encaminhados para a rede institucional e passaram a ser “usuários” dela. E aqui começa a história de Luciene.

'A casa caiu!': a produção da população de rua

“Acordei com o trator em cima de mim.” Luciene estava no dia da demolição do barracão⁶. Profissional do sexo, travesti e usuária de drogas, ela vivia de programas e de trocas de favores com seus clientes. Aos 12 anos fora expulsa da casa de sua tia devido aos “trejeitos” afeminados demais para um garoto, tendo sido acolhida em uma casa de prostituição. Durante algum tempo, viveu nas cidades da região³, mas voltou para sua terra natal em 2004, quando se instalou no barracão. Ali conheceu Carla, além de diversas pessoas também frequentadoras do local. De peruca lisa e curta, vestido, maquiagem e salto alto, Luciene costumava arrumar-se para tomar o seu “ponto” – isto é, um território de prostituição⁴.

Entre as dezenas de pessoas que se espalharam após a investida no barracão, Luciene e mais algumas passaram pela triagem do Creas – que consiste em avaliar o perfil do solicitante do serviço para que os encaminhamentos sejam feitos de forma adequada; a entrevista é feita por um profissional do órgão que colhe a história de vida, ou como costumam chamar, aproximando-se dos termos médicos, é feita uma “anamnese”. Conforme relata uma educadora social do órgão:

Eu lembro muito da Luciene no dia em que a gente buscou ela naquela situação, que para mim era um cenário de guerra. Aquela máquina ao lado dela e ela dormindo profundamente; puxamos pela mão e tiramos ela de lá porque ia cair em cima dela ‘os negócios’, estava tudo em cima dela. Os [homens] tirando [eles] como se eles não fossem nada, como se fossem um colchão velho que estava lá (PEREIRA, 2013, p. 79).

Poucos permaneceram no atendimento. Aqueles que foram atendidos passaram por um processo que, com a precipitação do momento, teve de ser solucionado rapidamente. Uma assistente social da instituição na época relata como foi realizado o procedimento de acolhida, que, mesmo a contragosto dos funcionários, atendeu a ordens superiores:

Com o pessoal do barracão (...), o que aconteceu, pelo que eu soube... Tinha muita gente lá, pessoas [que eram ou não da cidade]. Mas (...) colocaram todo mundo dentro do Creas para depois

3 Embora a trajetória de Luciene não tenha sido marcada por muita circulação entre casas de prostituição em cidades vizinhas, fato que assinala uma singularidade em sua inserção no mercado da prostituição, as migrações são constantes nas trajetórias de profissionais do sexo. O fluxo migratório das travestis foi identificado por Don Kulick (2008) desde os anos 1970, tendo a França como destino preferencial até 1982. Segundo Larissa Pelúcio (2005), esse fluxo se acentuou nos anos de 1980 e nos anos 1990 a Itália se consagrou como o destino preferencial das travestis. Flávia Teixeira (2008) trata da circulação das travestis brasileiras entre Milão, Roma e Brasil. Esta migração, tanto de mulheres, mas, principalmente, de travestis, que são logo assimiladas como profissionais do sexo, é muitas vezes enquadrada como tráfico de pessoas, mesmo que tenha ocorrido por vontade própria. Sobre este assunto ver Piscitelli (2007) e Kempadoo (2005).

4 Para uma discussão sobre travestis que se prostituem nas ruas e a relação com o ponto, ver: Pelúcio (2009) e Gaspar (1985).

ver o que faria. Sendo que a gente tem que identificar o que acontece na rua para saber o que a gente traz e o que a gente não traz para dentro do Creas; é muito difícil você colocar ali e depois falar: “Olha, vai embora porque você não preenche o perfil”. Isso foi em março do ano passado [2010], eu estava de férias. Quando voltei, eu falei: “O que está acontecendo aqui?”. Tinha um monte de gente assim, totalmente diferente do perfil que existia ali. (...) Celina [terapeuta ocupacional] disse que quase ficou louca porque as [educadoras sociais] traziam a perua cheia e ela tinha que ir fazendo triagem (...) Aí quando eu cheguei [das férias], tinha um bolinho de triagem na minha mesa para resolver. Aí, junto com a equipe, a gente foi conversando... Se não era da cidade (...), a gente foi fazendo contato com família, mandando para não sei onde e foi direcionando. Os que ficaram, então, foram: Dário, que namorava a Carla; a Carla, que era da cidade; e a Luciene, que também era. Ficou mais alguém? Não, né? Então, ficaram esses (PEREIRA, 2013, pp. 71-72).

Com a demolição do barracão, criou-se a necessidade de uma resposta imediata sobre o destino daquelas pessoas, cujas vidas se tornaram parte de um entrave político. Os profissionais do Creas, na urgência da ocasião, foram convocados para atuar nesse processo: com o barracão demolido, era indispensável oferecer assistência aos desabrigados. Assim, iniciou-se o acolhimento daqueles que mais se aproximavam do perfil de atendimento institucional, aos quais seriam ofertados cuidados; os demais a equipe profissional deveria encaminhar para outros municípios ou para a residência de familiares.

Oliveira (2012) apresenta o dispositivo de circulação e fixação dos moradores de rua: a gestão por circulação, fundada em período de políticas de gestão pública pela dispersão de pessoas entre diversas cidades do interior paulista, é financiada pelos governos municipais; a por fixação é entendida como uma prática de governo cujo objetivo é fixar determinados moradores de rua à cidade, a partir de critérios territoriais, procurando vinculá-los aos serviços de atendimento. Ainda segundo o autor, a emergência do “morador de rua da cidade” deve-se à confluência de alguns fatores⁵. Um deles seria a transformação na política de assistência social na primeira década dos anos 2000 e o encadeamento dessas mudanças em âmbito municipal, por meio das modificações

5 Em um mapeamento realizado entre 2005 e 2006 no mesmo município desta pesquisa, Barbosa (2007) identificou que no período, antes mesmo da inauguração do Creas, havia quase a ausência de políticas públicas para a população de rua. Foi constatado que os moradores de rua organizavam-se entre si e buscavam locais certos de doação de alimentos e roupas para as suas primeiras necessidades. Dessa forma, havia uma iniciativa própria, uma do governo (ainda incipiente) e uma da caridade (fundamentalmente ligada a grupos religiosos, que realizavam suas rotinas de doações de sopa, roupas, etc). Os resultados desta pesquisa reforçam o argumento de Oliveira (2012), quando o autor diz que o dispositivo assistencial é o mecanismo que faz emergir uma população.

nas legislações federais, como o caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas)⁶. No caso em questão, o recurso empregado foi o de fixar o morador de rua a partir de critérios que exigissem o reconhecimento de pertencimento à cidade por meio de vínculos familiares ou uma “rede de apoio” construída fora da vivência nas ruas. Tais critérios, usados para justificar o pertencimento a um determinado lugar, estavam pautados na Política Nacional de Assistência Social. Desse modo,

6 Nesse sentido, de acordo com o decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, esta é definida como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza ainda pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como pelo uso de unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

7 Nessa passagem, escolhemos empregar o mesmo termo utilizado na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2009) para diferenciar a conceitualização feita pelo Estado para essa população das demais definições teóricas. Diferentemente dos parâmetros de que lançamos mão neste texto para compreender os processos de produção e definição da população de rua, no Creas do município estudado, os critérios de caracterização do seu público são: ter vínculo comunitário e familiar na cidade e estar em situação de rua na cidade por seis meses, sendo este o principal critério de entrada na rede.

O resultado dessa transformação possibilitou a reorganização dos equipamentos de atendimento, como a emergência do Creas, um espaço físico primordial para a fixação do morador de rua da cidade, e o Albergue Noturno, que passou nas suas ações a intensificar a circulação dos trecheiros/itinerantes (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Após acordos entre setores da prefeitura, foi estabelecido que o Creas e o Albergue Noturno encarregar-se-iam do atendimento àquelas pessoas. O desafio era lidar com uma grande demanda, mesmo que boa parte dos ocupantes do barracão pudesse não se encaixar em critérios que os definisse como “população em situação de rua” da cidade⁷. O importante para a gestão municipal era a desarticulação completa do barracão. Porém, com o ingresso dos “novos usuários”, surgiram no interior das instituições acontecimentos até então inéditos.

2010, no interior dos muros: os acolhidos no Creas e a formação do ‘Trem-Bala’

Todas as regras que a gente havia instituído se quebraram. Era uma fase também em que a Soraia e a Celina eram [*funcionárias*] novas. E aí tudo que eles falavam para elas: “Não, a gente tem que tomar banho na hora que a gente quer”, elas foram abrindo. Tudo! Eu falei: “Gente, o que vocês fizeram? O que é isso? Isso a gente construiu com eles, não é porque chegaram novos que a gente vai mudar a casa”. Falei: “Gente, isso aqui já funciona, quem chegar vai ter que entrar conforme o caminho, a gente não muda a cada hora que entra uma pessoa nova aqui”. (...) Então, eles vieram para desestabilizar tudo. Eles desestabilizaram tudo [o] que existia ali de regras, eles dominavam, só eles falavam em assembleia (PEREIRA, 2013, p. 73).

Essa fala de uma assistente social do Creas retrata situações em que os novos usuários desrespeitaram regras e acordos feitos entre os funcionários e os próprios usuários dos serviços. Luciene e Carla começaram a contestar as normas nas assembleias semanais em que eram discutidos o funcionamento da instituição e os deveres dos usuários, exatamente por saberem que nesses momentos eram negociadas as regras estabelecidas para todos. Desse modo, o “monopólio” da fala foi o primeiro recurso utilizado nas relações de força que tiveram início.

Carla era mulher de um dos traficantes que atuavam no barracão e que foi preso em uma das operações policiais no local. Após algum tempo como usuária dos serviços, ela familiarizou-se com a rotina e as práticas dos moradores de rua e iniciou um relacionamento com Dário⁸, que ainda não era atendido no Creas. Mas não demorou muito para que ele entrasse na rede de atendimento: estava formado o “Trem-Bala” – pois “quem entrasse na frente deles seria atropelado”, como diziam. Com essa autodenominação que prenunciava atos violentos, os membros da nova “banca” começaram a gozar de grande autonomia com relação às regras e deveres relativos a todos os usuários da rede de atendimento.

A chegada desse pequeno grupo provocou uma mudança significativa na rotina das instituições, inclusive nos espaços urbanos pelos quais os moradores de rua atendidos circulavam. Entre os usuários do Creas e do Albergue Noturno já havia a “banca da dona Sonia” – dona de um bar frequentado por moradores de rua, próximo ao albergue – e, por ser formada por usuários que frequentavam diariamente a rede de atendimento, exercia certa influência nos ambientes institucionais. Esse panorama mudou principalmente com a chegada de Luciene, Carla e Dário. Desde o começo da convivência, esses novos usuários se desentenderam com os demais e até mesmo com os funcionários das instituições.

Uma “banca” se forma por intermédio de um conjunto de pessoas que organiza uma série de códigos de conduta e se apropria de um território, sobre o qual exerce influência moral, delimitando inclusive quem pode conviver naquele espaço (MARTINEZ, 2011a; OLIVEIRA, 2012). As relações intermediadas em uma “banca” ocorrem por meio de regras morais (OLIVEIRA, 2012) negociadas diferentemente em cada um dos grupos. Ou, então, para utilizar o termo êmico,

8 Como uma tática de rua, é comum às mulheres arrumar um companheiro nesses lugares para proteção pessoal e contra abusos sexuais.

é o “respeito”⁹ (MARTINEZ, 2011a) que organiza e prevê certos comportamentos a serem seguidos no grupo. Além disso, ela só existe num território que produz, como uma forma de criar subjetividade, e, para o caso dos moradores de rua, é uma tática de proteção individual. O território concebido pelas “bancas” aproxima-se da definição de Deleuze e Guattari (2002), segundo a qual este é formado por elementos, investidos e ordenados por um código externo a ele: “Se é verdade que cada meio tem seu código, e que há incessantemente transcodificação entre os meios, parece que o território, ao contrário, se forma no nível de certa descodificação” (p. 113). Sendo assim, um território surge em uma margem de liberdade dos códigos, como um desvio de finalidades.

Anteriormente, a “banca da dona Sonia” frequentava locais próximos ao Albergue Noturno (que os integrantes utilizavam para dormir, pedir dinheiro e usar drogas) e bairros ao redor e na região central, onde também se localizava o Creas. Com a formação do “Trem-Bala”, a disputa entre os moradores de rua atendidos ocorreu principalmente contra os líderes da “banca da dona Sonia”, que foram os primeiros ameaçados, até deixarem de frequentar as instituições por algum tempo, para evitar violência.

A formação do “Trem-Bala” é um reflexo de como as práticas desses “novos moradores de rua” foram muito bem apreendidas. Assim, Luciene, Carla e Dário exerciam uma imposição pautada pela força física e por disputas territoriais, entre outros recursos, como forma de garantir e preservar certos códigos de conduta produzidos e mantidos por eles. Nesse sentido, um dos usuários, considerado um dos líderes da “banca da dona Sonia”, oferece suas impressões sobre a formação do outro grupo:

Aquela turma que veio de lá do barracão, de onde eles moravam, era outro tipo de vida, entendeu? Lá, um quer matar o outro; e já no albergue é diferente, um quer ajudar o outro, são pessoas mais simples e com um pouco mais de educação. Às vezes, um de fora quer arrumar encrenca lá dentro, todo mundo abafa, entendeu? Porque aquele de fora não tem a mesma convivência que nós temos, a mesma educação; e tudo vem da educação, vem do lar, depende da educação do ser humano. Então, eles vieram de outro mundo, o mundinho deles era dentro do barracão fumando pedra, fumando maconha e bebendo

9 O código do respeito pode ser renovado ou negociado, dependendo da configuração criada em uma banca. Além disso, cada membro deve aprender de forma gradual e individualmente o código compartilhado, por isso, este aproxima-se mais da noção de instrução sobre conduta, em vez de estar ligado a uma noção juralista de normas. A noção de instrução sobre conduta é verificada em estudos prisionais, dos quais destacamos a etnografia sobre o proceder realizada por Adalton Marques (2009).

pinga, é só violência; a gente é diferente. Aqui dentro do Creas, por exemplo, é difícil de acontecer de alguém querer discutir; a gente senta e bate papo, brinca, troca ideia, assiste [a] um filme (...). Então, é um mundo diferente, é uma educação diferente. Quando o Dário, a Carla... Quando eles vinham para cá, eles queriam mandar bater, xingar, entendeu? (PEREIRA, 2013, p. 72).

Alguns episódios marcaram a interferência do “Trem-Bala” nas relações institucionais. Um deles foi o espancamento de uma usuária da rede assistencial promovido pelo grupo nas dependências do Creas. Esse acontecimento gerou um conflito entre os técnicos, gestores da Secretaria de Assistência Social e os próprios usuários, pois de acordo com as regras de convivência, qualquer agressão física dentro da instituição deveria ser punida. Duas funcionárias da Secretaria presenciaram a cena violenta – os agressores não se intimidaram com a presença delas. Mesmo assim, após essa situação, a equipe do Creas não foi autorizada a expulsar os transgressores.

Para alguns setores da prefeitura interessava manter os agressores na rede de atendimento, longe do alcance dos olhares públicos. Essa ingerência no Creas foi relatada por uma assistente social:

[H]ouve o problema, eles a agrediram (...) lá dentro e impediram que a gente desse suspensão. O [chefe de atendimento] não estava lá e eu ia colocar eles para fora [da instituição]. Aí a equipe: “Não, não sei que lá, não sei que lá”. Aí vem a [funcionária da Secretaria]: “Não dá suspensão, não”. Eu falei: “Então tá, ficam aí”. Eles agrediram a menina, eles chutavam ela... Ela desfalecida lá no chão e eles chutando ela. (...) O que foi bom dessa agressão é que [elas] estavam ali do lado e presenciaram tudo. E tudo que a gente já vinha falando que estava acontecendo, mas elas não estavam dando bola. Mas mesmo assim elas não aceitaram dar essa suspensão. [Então, eles] ficaram (Idem, 2013, pp. 73-74).

Além desse episódio, os membros do “Trem-Bala” também obrigaram algumas pessoas a pedir dinheiro pelas ruas, extorquiam as que recebiam benefícios, traficavam e consumiam drogas, até mesmo dentro dos espaços institucionais. Essas atitudes foram percebidas pelos funcionários do Creas, que tentaram desvinculá-los do atendimento, porém sempre recebiam ordens para que fossem mantidos.

Em de julho 2010, Carla tentou esfaquear outra mulher dentro do Creas – seria um grande motivo para expulsão, pois depois da tentativa de homicídio ela não poderia mais ser mantida no atendimento. A assistente social descreve: “Só sei que teve a facada. Aí a gente expulsou mesmo ela. (...) Nem chegou a oficializar uma expulsão, só falou: ‘Você não aparece mais aqui’”. Com a saída de Carla, Dário e Luciene a acompanharam. Foram morar com os pais de Carla em um assentamento próximo ao município.

Em 13 de agosto de 2010, Dário assassinou Carla e foi preso no dia seguinte. Luciene disse que eles haviam brigado muito na noite do homicídio e que estavam alterados pelo consumo de crack. Após essa tragédia, Luciene não voltou imediatamente ao Creas. Passados alguns meses, ela pediu para retornar ao atendimento e, aos poucos, reorganizou seu circuito de amizades “da rua”. Cada vez mais trocou as noites na avenida pelas noites na “banca da dona Sonia”.

A protagonista desta história não deixou de ser travesti, mas abandonou aos poucos os modos de vida de uma profissional do sexo. Cada vez mais, utilizava-se da rede de assistência social voltada à população de rua como seu principal meio de sobrevivência. Luciene foi pouco a pouco unindo os discursos construídos e se posicionando, a partir de então, como parte desse grupo: “Vocês me tornaram uma moradora de rua, agora me aguentem”.

2011, um dia de campo: os arranjos de uma rede não institucional

Bingo! Tínhamos certeza de que nosso dia de campo começaria assim: à procura de Luciene¹⁰.

Transcorridos nove meses desde o assassinato de Carla, Luciene estava sendo atendida no Creas, já bem mais adaptada à rede de assistência social e às ruas. Pedimos para passar um dia na rua com ela. Desse modo, utilizaremos um relato de campo para descrever o território da “banca da dona Sonia” que, como veremos, é uma região na qual a rua e a instituição aparecem misturadas. Ao nos apresentar um circuito contíguo entre a rua e os ambientes institucionais,

10 Esta ida ao campo foi realizada em 4 de abril de 2011 por Aline Ramos Barbosa, Domila do Prado Pazzini e Mariana Martinez.

Luciene mostrou que os mecanismos de cuidado para moradores de rua estão além da gestão estatal, de modo que a rede criada na rua, por meio da “banca”, opera em paralelo à institucional. Mais do que isso, ela demonstrou os arranjos para se “virar nas ruas”¹¹.

A Terra do Nunca, a banca e os códigos da rua

Marcamos de nos encontrar em uma manhã de segunda-feira. Luciene disse que nos encontraria às 8h, em frente ao Albergue Noturno, no horário exato em que a instituição libera seus usuários. Cerca de 20 pessoas saíram apressadas, mas não a vimos no meio da pequena multidão, provavelmente porque ela havia dormido em outro local. Nos finais de semana, os membros da “banca da dona Sonia” ficam escondidos em seus “mocós” – lugares que servem de esconderijo. Aqueles que não dormem no albergue escolhem algum “mocó” para passar a noite, a fim de se protegerem de atentados violentos comuns àqueles que dormem nos espaços públicos.

Como não a encontramos, decidimos procurá-la na Terra do Nunca, área em um canteiro à beira de uma rodovia próxima à saída da cidade e que foi apropriada pela “banca”. Apesar de o local ser cortado por três vias de trânsito, as árvores cobrindo o canteiro o tornam quase invisível aos motoristas passantes no entorno. Algumas pessoas que estavam sentadas em um sofá velho e outras no chão de terra batida acenaram assim que nos avistaram, autorizando nossa entrada. Embora ali seja um espaço público, a ocupação pela “banca” o tornava, de certa forma, privado. Pedimos licença como se estivéssemos entrando na casa deles. Alguém brincou: “Por que não tocaram a campainha?”. Luciene estava no “banheiro”, situado do outro lado, também em uma região marginal à rodovia. Eles chamam o local de “Terra do Calango” – reservada para a realização das necessidades fisiológicas, relações sexuais e consumo de drogas.

Quando Luciene nos viu, se assustou – ela não conseguiu lembrar-se do compromisso marcado. Em seguida, nos apresentou a “casa” novamente. Ela estava muito diferente, em comparação ao dia em que Domila a conheceu, cerca de um ano antes, em um evento sobre trabalhadoras sexuais. Naquela ocasião, Luciene usava uma peruca preta de cabe-

11 Em um estudo sobre meninos de rua, Gregori (2000) aponta a “viração” como um mecanismo dinâmico de aquisição de bens materiais, mais do que um mecanismo de sobrevivência.

los lisos e curtos, lápis nos olhos, roupa social e salto alto. Apresentava-se de forma a afirmar sua posição como profissional do sexo. No dia do trabalho de campo, o cabelo estava enrolado e era mais claro. Ela calçava chinelos, não trazia maquiagem no rosto e se vestia com roupas doadas pelo Albergue Noturno – sem demarcar os traços femininos. Ela, indubitavelmente, havia se transformado.

Depois de nos apresentar a Terra do Nunca, como uma boa anfitriã, e também reforçando sua postura de liderança, ela já foi arrumando tudo sozinha: dobrou os cobertores e os colocou nas mochilas, enrolou o colchão que estava no solo. Enquanto isso, os homens ficaram conversando e só se manifestaram quando ela pediu para eles saírem de cima do sofá, onde escondeu as mochilas com as cobertas. O marido de Luciene a ajudou a esconder o colchão dentro daquele velho sofá para que ninguém pudesse achá-lo.

Saímos de lá nós (pesquisadoras), Luciene e mais seis homens. Fomos para o Bar da Dona Sonia. Cerca de 15 pessoas que, provavelmente, faziam parte da “Banca da Dona Sonia” se juntaram naquele boteco. Alguns compraram pinga, outros, cerveja. Eram tantas pessoas naquele pequeno bar que nos espalhamos pela calçada e pela rua, atrapalhando o fluxo de carros naquela via local.

Naquele dia, a Kombi que geralmente os transporta do Albergue Noturno até o Creas estava quebrada. Por isso, grande parte dos que dormiram no albergue, em vez de caminhar diretamente para o Creas, foi ao bar. Por ser o ponto de encontro de muitos, esse local dá nome à “banca”.

Encontramo-nos com Maria, que mora próximo ao bar e conhece Luciene desde a infância, quando ainda era um “garoto bicha”¹² e não uma travesti. Ela refere-se a Luciene no gênero masculino, demarcando a ambiguidade de sua sexualidade¹³ e retomando também aquela imagem que tinha dela quando eram crianças. Assim como essa senhora, juntaram-se ao grupo “trecheiros” – segundo os moradores de rua, os itinerantes (em situação de rua). Geralmente, estes viajam por cidades, mas não permanecem muito tempo no mesmo local – recém-chegados à cidade, munícipes que frequentam o bar e pessoas que possuem vínculos familiares mas ficam na rua durante algum período. Ali se encontram para conversar, beber e dar risadas.

12 Algumas nomenclaturas aludem às diferenças de idade entre os profissionais do sexo e os inexperientes no negócio. De acordo com Perlongher (1987), o termo “garoto”, cuja conotação é “popular”, indica a predisposição dos garotos de periferia para transar com “bichas” durante a adolescência. As relações sexuais com as “bichas velhas” ocorrem como uma iniciação dos mais jovens no mercado do sexo.

13 Benedetti (2004, 2005) trata das “transformações do gênero”, propondo o uso do conceito “universo trans”. A denominação abrange as “personificações” de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente pelas travestis. Pelúcio (2009) toma de empréstimo o conceito “universo” e o estende ao conjunto de pessoas que vivem no mercado sexual e do mercado sexual. E ainda, Jorge Leite (2011) discute a construção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico.

Os estabelecimentos comerciais da redondeza (bares, churrascaria, posto de gasolina, lanchonetes e restaurantes) são todos utilizados pela “banca” para abordagens e “manguaios” – “manguerar” é aplicar mecanismos de aquisição de dinheiro ou bens materiais, como comida, roupas e utensílios domésticos. Eles afirmam que, desse modo, nunca falta nada a uma “banca”. Se precisarem de comida, roupas, mantimentos ou utensílios domésticos, recorrem aos estabelecimentos comerciais ou domicílios. O território tomado pela “banca da dona Sonia” está cheio de possibilidades de “manguaio”. Quem sabe utilizar essas táticas aprende a se “virar na rua”. Michel De Certeau (1998) fala das antidisciplinas, que são reações aos produtos impostos pela ordem dominante. Para o autor, em uma relação de poder, há sempre reações a ele.

Nas proximidades de uma unidade da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae), o grupo se juntou em um gramado, em volta de uma árvore. Sentaram-se à sombra, em roda, para beber a pinga que haviam levado do bar, juntamente com os cigarros de maconha. O local é próximo a um ponto de ônibus, na avenida mais movimentada da cidade. Devido à quantidade de pessoas que circulam pelas redondezas, ali nas proximidades da Apae é um bom lugar para se conseguir alguns trocados. À noite, eles costumam dormir em um cantinho de cimento, exatamente embaixo de uma câmera de segurança: “Quem vai ser louco de encostar a mão na gente? Tem uma câmera filmando tudo!”. Luciene entende bem das táticas de sobrevivência e as utiliza com precisão, como os mecanismos de vigilância que, paradoxalmente, nesses momentos, os protegem de violência. Por exemplo, essa câmera instalada no muro da Apae teria a função de proteger as instalações do local de possíveis suspeitos de crimes. Contudo, o uso feito pela “banca” cumpriria a função de trazer visibilidade social àqueles sem ela.

Depois de alguns cigarros de maconha e quase um litro de pinga, a “banca” se animou. Cantaram músicas do grupo de rap Racionais MCs, fizeram piadas e brincadeiras. O clima de descontração só é mantido se todos respeitarem seus companheiros. As principais condutas a serem seguidas para manter o respeito são: a colaboração na “intera” (prover o grupo com bebidas,

comida, cigarros, drogas e roupas); não “jogar milho” ou “fazer um milharal” (evitar brigas e tumultos); não “caguetar” (não delatar); e “não sumir com o dinheiro da ‘intera” (não roubar os membros da “banca”) (OLIVEIRA, 2012). No entanto, o respeito também é quebrado quando abordam uma mulher já comprometida da “banca”, ou quando as mulheres são intimidadas pelos homens com insinuações sexuais.

Um dos rapazes no Bar da Dona Sonia que nos acompanhou até a Apae abordou uma das pesquisadoras perguntando-lhe se ela estava acompanhada. Luciene aproximou-se para saber o que estava acontecendo. O homem falou: “Só perguntei se ela está com alguém”. Luciene, em voz alta para que todos a escutassem – e também para demarcar sua posição como nossa anfitriã –, disse que estávamos ali para ajudar e não admitia que ninguém fizesse algo de errado conosco. Para enfatizar a proteção que nos oferecia, ela ameaçou bater no rapaz¹⁴, que claramente havia quebrado com o respeito na “banca”. Algumas pessoas manifestaram-se para intimar o rapaz e para demarcar o código de conduta do coletivo.

A caminho do Creas: os pontos de paradas, o mapeamento da cidade

Perdemos a noção da hora. Não sabemos quanto tempo ficamos na Apae, mas foi o suficiente para eles fumarem pelo menos três cigarros de maconha e beberem alguns corotes de pinga. Luciene não queria acompanhar a maior parte da “banca”, que iria até o Creas para almoçar. Alguns deles não seguiriam para a instituição, comeriam algo na rua mesmo, pois queriam fumar “pedra”. É comum entre os moradores de rua permanecer durante o dia no Creas para evitar o consumo de pinga ou de crack. Para eles, os ambientes institucionais são também espaços de recuperação quando se encontram muito debilitados pelo consumo abusivo de substâncias psicoativas.

14 Para a discussão da figura da travesti que apesar de ter papel social de mulher tem a força física de um homem e se utiliza dela quando necessário, ver: Pelúcio (2009).

Pegamos o caminho em direção ao centro. Em vez de caminhar rumo à avenida de menor percurso até a instituição, andamos por vias paralelas repletas de bares e estabelecimentos comerciais.

Paramos na primeira praça de nosso trajeto. Todos se sentaram no banco e tomaram uma dose de pinga. As praças são locais muito frequentados pelos moradores de rua e também muito disputados pelas “bancas”, que escolhem tais territórios para deles se apropriar. Aquela praça não era território de nenhum morador de rua. Quando o espaço é tomado por alguém, eles geralmente penduram suas mochilas ou garrafas PET nos galhos das árvores para demonstrar a ocupação efetiva do local.

Continuamos o percurso em direção à rodoviária. Houve mais uma parada para beber pinga e para um casal urinar em um terreno baldio com uma construção ainda em obras. Nas redondezas da rodoviária eles costumam “manguear” em casas, pedindo roupas, calçados, utensílios domésticos e dinheiro, evidentemente. O bairro é bem conhecido por eles. Em algum momento do início da caminhada, Luciene chega a falar que teremos de “manguear” também, já que estamos junto com a “banca”, mas essa ideia não ganha força.

Já na região mais central, local de muitos estabelecimentos comerciais, Luciene para em uma padaria para “manguear” alguns pães. Todos já estavam com fome. Ela, que sempre toma a frente da “banca”, sai da padaria com um saco grande do produto. Continuamos descendo no sentido do centro e cada vez mais os estabelecimentos comerciais tomam o lugar dos domicílios. Luciene fala alto, conversa com os pedestres, faz brincadeiras. Ela não hesita em “manguear” quem encontra pelo caminho e se utiliza da repulsa por parte das pessoas e da necessidade de se evitar a presença dos moradores de rua dentro dos estabelecimentos para conseguir rapidamente o que deseja.

A “banca” já não estava mais preocupada com o horário estabelecido para a entrada no Creas – eles estavam praticamente certos de que conseguiriam entrar porque estavam conosco. Pois eis que chegamos atrasados à instituição e o guarda não nos deixou entrar, uma vez que o horário de ingresso para o almoço é até as 11h e já passava do meio-dia.

15 Desde 2005, já se somam quatro operações na região da Luz, conhecida como Cracolândia: primeiramente, vieram a Operação Limpa (2005), a Operação Centro Legal (2009) e a Operação Sufoco (2012), todas as três promovidas pelo poder público com forte apelo de repressão policial e que, sob o discurso de revitalização do centro, acabaram por expulsar violentamente os consumidores de drogas que permaneciam na região. A quarta operação, denominada De Braços Abertos (2013), foi uma iniciativa da prefeitura de forma a trazer uma solução de cunho mais assistencialista à população do local, que há pelo menos oito anos vinha sendo interpelada pelas forças militares. Ver nota enviada à Associação Brasileira de Antropologia escrita por Rui, Frugoli, Feltran e Fromm (2013).

16 A questão do direito de vida e de morte é também trabalhada por Agamben (2002). Este autor retoma o caso do homo sacer, uma pessoa jurídica do direito romano simplesmente posta para fora da condição humana, sem, contudo, transformar-se em divina. Dessa forma, é uma condição específica sobre vida e morte, pois “é a esfera na qual se pode matar sem cometer nenhum homicídio e sem celebrar um sacrifício” (p. 91). Diante deste caso, é possível trazer para a atualidade a discussão sobre vida e morte de pessoas consideradas “matáveis” no cotidiano, embora tenham estatuto jurídico igual aos demais cidadãos.

17 Sobre violações dos direitos humanos da população de rua ver: Melo (2011; 2012).

Luciene explicou que estavam conosco e que tinham se atrasado por nossa causa. Confirmamos. O coordenador do órgão veio até o portão e nos deixou entrar. Luciene ainda nos mostrou as instalações do local para finalizar a apresentação que havia nos prometido sobre a vida nas ruas da cidade.

Um balanço sobre a gestão da população de rua

Em bairros periféricos de São Paulo, estudos mostram que, a partir dos anos 1990, teve lugar a multiplicação de instituições de assistência que se tornaram intermediadoras entre moradores e instituições políticas (FELTRAN, 2010), sem, contudo, deixar de coexistir nessa mediação, de forma latente ou explícita, mas sempre constante, a repressão policial (TELLES, 2010; TELLES e HIRATA, 2010; FELTRAN, 2011; HIRATA, 2011). Em cenários de uso de crack, como apresentam os relatos na cracolândia paulistana (RUI, 2012a), as intervenções estatais também foram ministradas, em momentos pontuais, pela coibição policial e expulsão dos usuários de crack do espaço¹⁵, e, de forma mais permanente, com a oferta de cuidados e assistência por organizações não governamentais e pelo poder público.

Para o caso da população de rua, este segmento elucida bem um tipo de gestão específica que combina intervenções para “fazer viver” e “deixar morrer”¹⁶. Na região central de São Paulo, De Lucca (2009) relata que as práticas investidas na população de rua somam a contraditória equação de “fazer viver pela institucionalização ou deixar morrer por práticas toleradas de extermínio e exposição à morte” (p. 60)¹⁷. A coexistência dessas duas formas de administração da vida esboça o panorama das relações políticas e governamentais contemporâneas. De um lado, uma lógica de intensificação da vida, a qual Foucault (2001, 2008a, 2008b) chamou de “biopolítica” – um poder imanente e criativo empregado sobre a vida para capitalizá-la, fazê-la durar mais, ser pensada como vida de uma população. De outro, o repúdio à vida é manifestado na represália e coibição dos ingovernáveis, daqueles que escaparam dos investimentos do Estado.

As intervenções políticas que ocorrem na trajetória de Luciene – e têm ocorrido em trajetórias de milhares de usuários de drogas e de moradores de periferia – não são propriamente uma novidade: são as formas de gestão da pobreza. A repressão é recorrente no cenário urbano, como exemplifica o processo de requalificação do centro de São Paulo, ao qual Frúgoli Jr. (2000) refere-se como a “nova higienização”, processada com a expulsão das classes populares dos espaços públicos para promover a atração de capitais e de pessoas, fenômeno conhecido como *gentrification*. O outro recurso aplicado na gestão do pobre, e que supõe enfatizar os modos de incriminação e a redefinição das formas de controle nas sociedades contemporâneas, diz respeito ao uso da prisão como dispositivo de controle da pobreza, como propõe Wacquant (2008). E ainda, a miséria é também gerida com inúmeras e diferentes políticas sociais (SANTOS, 1979), políticas de transferências de renda (ROSA e RAICHELIS, 1982) e medidas socioeducativas (FELTRAN, 2011).

A combinação da repressão e da gestão dos supostos riscos da pobreza são questões recorrentes nos estudos urbanos. O que apontamos aqui, além desse pêndulo entre controle e cuidado presente no mundo das ruas e nas políticas públicas direcionadas à população de rua é que as instituições normatizadoras que compõem essas políticas são constituídas, em alguma medida, também pelos usuários do sistema. Isso nos auxilia a demonstrar que as “populações marginais” também possuem prodigalidade na construção de sua interação com programas assistenciais e, mais do que isso, constroem os próprios programas no cotidiano, por intermédio das tensões que promovem com o sistema. Como consequência dessas tensões, ainda, os mecanismos de controle e de cuidado institucionais e das ruas produzem subjetividades que novamente se chocam e se reconstituem na relação com as políticas públicas.

No caso específico da população de rua, o controle aparece na vertente institucional por meio dos condicionantes de políticas públicas e normativas no âmbito das instituições assistenciais, mas é estabelecido ao mesmo tempo por meio das regras de vivência nas ruas, seja pelo respeito nos grupos de moradores de rua ou pelas táticas de “viração”. O cuidado, em contrapartida, relaciona-se à

vertente da assistência social que presta o atendimento no domínio das necessidades básicas (comer, vestir, tomar banho, dormir, etc.), bem como, e de forma não menos importante para os moradores de rua, diz respeito à proteção conquistada ao se pertencer a uma “banca”. Dessa forma, destacamos que há dois “mundos” interligados e tangentes à população de rua: um apresenta-se pelo controle e pelo cuidado institucionais, enquanto o outro possui as mesmas faces, acrescidas das lógicas de sociabilidade nas ruas.

A trajetória de Luciene nos permite olhar para algo mais: as mediações entre a política institucional e a política daqueles por ela capturados. Embora as ações dos gestores públicos tenham engendrado profundas transformações na trajetória de muitas pessoas, as ações dos moradores de rua igualmente modificaram os equipamentos de assistência social – também os usuários da rede assistencial tensionam as regras institucionais com vistas a extrair dos serviços o máximo de proveito em seu favor. Desse modo, os moradores de rua o tempo todo confrontam as regras das instituições, gerando uma medida de força entre os pressupostos institucionais e as táticas de rua cuja resultante impede a transformação do Creas em uma grande “banca” e lança tais táticas para fora dos muros institucionais.

A manobra que deslocou pessoas do barracão às portas da assistência, por ter sido um caso atípico e polêmico no município estudado, coloca à mostra os modos pelos quais os moradores de rua são forçados pela gestão pública. Como um estudo sobre as práticas institucionais de gestão das “populações marginais”, mostramos por meio de dados etnográficos como a população de rua é concebida pelos gestores de diversos níveis hierárquicos, como é disputada no cotidiano da gestão e regulada pelas normas institucionais. Ao mesmo tempo, mostramos também um processo de subjetivação dos moradores de rua no espaço público, onde operam códigos inesperados. No trânsito entre a rua e a rede assistencial, Luciene e toda a “banca” exprimem um modo de vida no qual os domínios institucionais e da rua não aparecem cindidos por completo. De um lado, ela apresenta-se como usuária da rede (incorporada na categoria da população), de outro, é uma integrante bastante respeitada da “Banca da Dona Sonia”. Com isso, argumentamos que, embora haja uma diferença entre a

composição de um personagem pelas políticas públicas e pelo mundo da rua, há uma fusão entre as duas composições, pressupondo tanto a adesão ao modo de ser “usuário” do Creas (aquilo que os gestores esperam do morador de rua transformado) quanto ao modo de ser do mundo da rua.

Dentro deste quadro conceitual, a trajetória de Luciene nos serve como exemplo empírico para compreender os artefatos de produção da população de rua em uma cidade do interior paulista, sem ignorar o fato de que as resoluções empreendidas na operação no barracão extrapolam os limites do particularismo nesse caso. E olhando para os conflitos gerados dentro e fora da institucionalidade estatal, notamos que as práticas da rua moldam as políticas do Estado, de modo que não apenas as práticas estatais fabricam sujeitos, que na pior das hipóteses são subjugados aos mecanismos que os controlam. Também os moradores de rua – no nosso caso, os transformados em usuários – produzem política, sobretudo aquelas que servem para regular suas vidas. Assim, eles também produzem o Estado por meio de práticas que moldam as políticas de regulação e de controle, como ocorre na gestão populacional.

A trajetória de Luciene, e de muitos que não entraram na narrativa deste texto, nos serve para reforçar o argumento de que o Estado é construído, desconstruído e experimentado mediante acordos e tensões das instituições e também oriundos da rua. Exemplos como esses contribuem para a análise das relações entre o Estado e suas margens (DAS e POOLE, 2008). Assim, com este caso específico, podemos dialogar com estudos recentes sobre a administração pública e uma visão antropológica do Estado¹⁸.

Há toda uma “economia de gestão” envolvendo determinadas padronizações e sistematizações, centradas, por exemplo, em relatórios de assistentes sociais que produzem “realidades” e constituem a “alma dos processos”, por exemplo, de guarda de menores no Brasil. Segundo Vianna (2002, p. 237), “complexas relações de custo e benefício presentes na construção de decisões finais (sentenças) sobre processos de guarda”. Envolve, então, toda uma lógica de administração de conflitos e disputa de legitimidades para conceder guarda. Lógica semelhante está em outros casos, que lidam com alocação de recursos na assistência social.¹⁹ Neste caso trata-

18 Ver coletânea organizada por Lima (2002).

19 Para estudo sobre esses dilemas da assistência social, ver Breda (2013).

do no artigo, os dilemas dizem respeito às disputas internas na estrutura da assistência social, que ora preza pelas regras prescritas em documentos oficiais e, portanto, possui atitude mais profissional e técnica. Mas também possui tomadas de decisões eminentemente políticas, atendendo aos anseios da lógica de solução do problema a qualquer custo, como a aceitação de moradores de rua sem o perfil do atendimento do Creas-POP²⁰. Neste caso específico da população de rua, argumentamos que a “economia da gestão” se dá também pela interação com os usuários dos serviços de assistência social.

Dessa forma, percebemos dois motivos claros para não considerar esses usuários como “excluídos”: eles possuem uma série de políticas de intervenção em suas vidas, que variam entre o cuidado e a assistência; e, rapidamente, percebem a maneira com que se dá a “viração” em relação aos programas de intervenção estatal em suas vidas e rotinas cotidianas, de modo que conseguem torções e formas de melhor aproveitar toda a padronização e sistematização da administração pública a seu favor.

Há, então, mais um exemplo de constituição do Estado pelas suas margens. Como Veena Das e Deborah Poole (2008) sugerem, é necessário investigar práticas, lugares e linguagens consideradas as margens do Estado-nação. As margens não são apenas espaços territoriais, são também – e talvez seja este seu aspecto mais importante – lugares onde a lei e outras práticas estatais são colonizadas mediante outras formas de regulação, emanando das necessidades das populações, com a finalidade de assegurar a vivência política e econômica.²¹

20 Para uma versão mais detalhada dessa discussão, ver: Pereira (2013).

21 Os autores expressam seus agradecimentos a Gabriel Feltran e aos apoiadores do projeto “As Margens da Cidade”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), apoiadora dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid), do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do programa Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFS-Car) e ao CEM.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. (2002), *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- _____. (2009), “O que é um dispositivo?”. Em: “O que é o contemporâneo?” e outros ensaios. Chapecó, Argos, pp. 25-51.
- ANDERSON, Nels. (1923). *The Hobo: The Sociology of the Homeless Man*. Chicago, University of Chicago Press.
- BARBOSA, Aline Ramos. (2007), *População de rua em São Carlos, SP: Aspectos sobre exclusão social, contratualismo e cidadania*. Monografia (bacharelado), Departamento de Sociologia, UFSCar.
- BARROS, Joana. (2004), *Moradores de rua – pobreza e trabalho: Interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. Dissertação (mestrado), Departamento de Sociologia, USP.
- BENEDETTI, Marcos. (2004), “A batalha e o corpo: Breves reflexões sobre travestis e prostituição”. *Boletín Ciudadania Sexual*, Vol. 11, pp. 5-8.
- _____. (2005), *Toda feita: O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro, Garamond.
- BIONDI, Karina [e] MARQUES, Adalton. (2010), “Memória e historicidade em dois ‘comandos’ prisionais”. *Lua Nova*, nº 79, pp. 39-70.
- BRASIL. (2004), *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- _____. (2009), *Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- BREDA, Roselene de Lima. (2013), *Entre recursos e escolhas: Limites e possibilidades em torno da rotina de atendimento de um Cras*. Monografia (bacharelado), Departamento de Sociologia, UFSCar.

- BROGNOLI, Felipe. (1996), *Trecheiros e pardais: Estudo etnográfico de nômades urbanos*. Dissertação (mestrado), PPGAS, UFSC.
- CASTEL, Robert. (1987), *A gestão dos riscos: Da psiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CEFAÏ, Daniel. (2010), “Provações corporais: Uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris”. *Lua Nova*, nº 79, pp. 71-110.
- DAS, Veena. (1999), “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: Alguns temas wittgensteinianos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.14, nº 40, pp. 31-42.
- _____. [e] POOLE, Deborah. (2008), “El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas”. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 27, pp. 19-52.
- DE CERTEAU, Michel. (1998), *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.
- DELEUZE, Gilles [e] GUATTARI, Felix. (2002), “Acerca do ritornelo”. Em: *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 4, São Paulo, 34, pp. 115-170.
- DE LUCCA, Daniel. (2009), *Morte e vida nas ruas de São Paulo: A biopolítica vista do centro*. Monografia (graduação), Departamento de Geografia, USP.
- FELTRAN, Gabriel. (2007a), “A fronteira do direito: Política e violência na periferia de São Paulo”. Em: DAGNINO, Evelina [e] TATAGIBA, Luciana (org). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, Argos, pp. 537-566.
- _____. (2007b). “Trabalhadores e bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos”. *Temáticas*, Ano 15, nº 30, pp. 11-50.
- _____. (2011), *Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp.
- _____. (2010). “Margens da política, fronteiras da violência: Uma ação coletiva das periferias de São Paulo”. *Lua Nova*, nº 79, pp. 201-233.

- FOUCAULT, Michel. (2001), *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (2008a), *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2008b), *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- FRÚGOLI JR., Heitor. (2000), *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez/Edusp/Fapesp.
- GASPAR, Maria D. (1985), *Garotas de programa: Prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOFFMAN, Erving. (2009), “Acalmando otário: Alguns aspectos de adaptação à falha”. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 16, nº 1, pp. 195-211.
- GRANADO, Karina; MURGO, Amanda Cristina [e] SARTORI, Juliana. (2008), “Trabalho voluntário em prol da população em situação de rua: O caso do Posto de Rua ‘Eurípedes Barsanulfo’ no Município de São Carlos-SP”. *Anais do Seminário Nacional sobre População em Situação de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas*, São Carlos (SP).
- GREGORI, Maria Filomena. (2000), *Viração: Experiências de meninos de rua*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GUATARRI, Félix. (1985), “Espaço e poder: A criação de território na cidade”. *Espaço & Debate*, Ano V, nº 16, pp. 109-120.
- HIRATA, Daniel. (2010), *Sobreviver na adversidade: Entre o mercado e a vida*. Tese (doutorado), Departamento de Sociologia, USP.
- KEMPADOO, Kamala. (2005), “Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres”. *Cadernos Pagu*, nº 25, pp. 55-78.
- KULICK, Don. (2008), *Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- LEITE, Jorge. (2011), *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo, Annablume.

- LIMA, Antonio Carlos de Souza. (2002), *Gestar e gerir: Estudos sobre antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- MARQUES, Adalton. (2009), *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (mestrado), Departamento de Antropologia, USP.
- MARTINEZ, Mariana. (2011a), *Andando e parando pelos trechos: Uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos*. Dissertação (mestrado), PPGAS, UFSCar.
- _____. (2011b), “A realidade do mundo: Uma narrativa sobre a sociedade e a produção da desigualdade”. *Campos: Revista de Antropologia Social*, Vol. 12, nº 2, pp. 25-43.
- MELO, Tomás. (2011), *A rua e a sociedade: Articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Dissertação (mestrado), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR.
- _____. (2012), *Desafios da impunidade: Violação aos direitos humanos da população em situação de rua em Curitiba, PR*. Trabalho apresentado no 7º Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (Andhep), Curitiba (PR).
- MISKOLCI, Richard [e] PELUCIO, Larissa. (2007), “Fora do sujeito e fora do lugar: Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis que se prostituem”. *Gênero*, Vol. 7, pp. 257-267.
- OLIVEIRA, Luciano M. F. (2012), *Circulação e fixação: O dispositivo de gestão do morador de rua e a emergência de uma população*. Dissertação (mestrado), PPGS, UFSCar.
- PAZZINI, Domila. (2013), *Prazer e perigo: Um estudo dos processos relacionados ao exercício da prostituição*. Monografia (graduação), Departamento de Ciências Sociais, UFSCar.
- PELÚCIO, Larissa. (2005), “Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti”. *Cadernos Pagu*, nº 25, pp. 217-248.

- _____. (2007), “Mulheres com algo mais’: Corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti”. Versões, Vol. 3, pp. 77-93.
- _____. (2009), *Abjeção e desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids*. São Paulo, Annablume.
- PEREIRA, Luiz Fernando de Paula. (2013), *No labirinto da gestão: Notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social*. Dissertação (mestrado), PPGS, UFSCar.
- PERLONGHER, Néstor. (1987), *O negócio do michê: A prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense.
- PISCITELLI, Adriana. (2007), “Sexo tropical em um país europeu: Migração de brasileiras para a Itália no marco do ‘turismo sexual’ internacional”. *Estudos Feministas*, Vol. 15, nº 3, pp. 717-744.
- RANCIÈRE, Jaccques. (1996), “O dissenso”. Em: NOVAES, Adauto (org). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 367-382.
- ROSA, Cleisa. M. M. [e] RAICHELIS, Raquel. (1982), “Considerações a respeito da prática do serviço social em movimentos sociais: Fragmentos de uma experiência”. *Serviço Social & Sociedade*, Ano III, nº 8.
- RUI, Tanieli. (2012a), *Corpos abjetos: Etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese (doutorado), IFCH, Unicamp.
- _____. (2012b), “Vigiar e cuidar: Notas sobre a atuação estatal na ‘cracolândia’”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 6, nº 2, pp. 336-351.
- _____; FRUGOLI, Heitor; FELTRAN, Gabriel [e] FROMM, Debora. (2014), “‘Braços abertos’ e ‘Su-foco’: Sobre a situação na ‘Cracolândia’ em janeiro de 2014”. Nota enviada à Associação Brasileira de Antropologia (ABA).
- SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. (1979), *Cidadania e justiça: A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.

- TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. (2008), “L’Italia dei divieti: Entre o sonho de ser europeia e o babado da prostituição”. *Cadernos Pagu*, nº 31, pp. 275-308.
- TELLES, Vera. (2010), “Nas dobras do legal e do ilegal: Illegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade”. *Dilemas: Revista de estudos de conflitos e controle social*, Vol. 2, nº 5-6, pp. 97-126.
- _____ [e] HIRATA, Daniel. (2010), “Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo”. *Tempo Social*, Vol. 22, nº 2, pp. 39-59.
- VIANNA, Adriana. (2002), “Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância”. Em: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org). *Gestar e gerir: Estudos sobre antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 271-312.
- WACQUANT, Loïc. (2008), “O lugar da prisão na nova administração da pobreza”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 80, pp. 9-19.
- WHYTE, William Foote. (1943), *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*. Chicago, University of Chicago Press.

RESUMEN: En el artículo **La producción y la gestión de las personas sin hogar: La trayectoria de Luciene** se presenta la trayectoria de un travesti expulsada por acción de la prefectura del lugar en el cual se prostituía y inserida en la red de asistencia social municipal. Un año más tarde, se considera parte de la población sin hogar. Para reconstruir la trama y su desarrollo analítico, se utilizó un marco de tiempo de un año de investigación de campo. Tenemos la intención de analizar el modo de producción y gestión pública de las poblaciones “marginales” contemporáneas; las acciones de los usuarios de políticas de asistencia en la producción actualización de la red de ayuda; y la formación de una red no institucional, que comprende las personas sin hogar en los espacios públicos.

Palabras clave: población sin hogar, bienestar social, políticas públicas, subjetividad, marginalidad

MARIANA MEDINA MARTINEZ (m.medimartinez@gmail.com) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, Brasil) e pesquisadora do Na Margem: Núcleo de Pesquisas Urbanas, sediado no Departamento de Sociologia (DS) da UFSCar, do Hybris: Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Relações de Poder, Conflitos, Socialidades, coordenado pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e pela UFSCar, e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip). É mestre pelo PPGAS/UFSCar e graduada em ciências sociais pela mesma universidade.

LUIZ FERNANDO DE PAULA PEREIRA (lui fernandoppereira@gmail.com) é pesquisador colaborador do Na Margem. É mestre em sociologia e bacharel em ciências sociais com ênfase em ciência política pela UFSCar.

ALINE RAMOS BARBOSA (alinerbarbosa@gmail.com) é professora colaboradora da Universidade Estadual Paulista – Marília (Unesp Marília, Brasil) e doutoranda em ciências sociais pela Unesp Marília, mestre em ciência política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da UFSCar e bacharel em ciências sociais pela mesma instituição.

LUCIANO MÁRCIO FREITAS DE OLIVEIRA (luciano.sociais@gmail.com) é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UEL, colaborador do Na Margem e pesquisador do grupo de pesquisa do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad) Casadinho da Universidade Estadual de Londrina (UEL, Brasil) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, Brasil). É mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFSCar e graduado em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista – Araraquara (Unesp Araraquara, Brasil).

DOMILA DO PRADO PAZZINI (domilapazzini@hotmail.com) é mestranda em sociologia pelo Departamento de Sociologia da UFSCar e pesquisadora do Na Margem. É bacharel em ciências sociais pela UFSCar.